



**Texto para Discussão 037 | 2021**

***Discussion Paper 037 | 2021***

## **Economistas no Brasil: ciclo de vida do produto e crise de superprodução**

**Reinaldo Gonçalves**

*Professor titular de Economia Internacional, Instituto de Economia-UFRJ  
reinaldogoncalves1@gmail.com*

This paper can be downloaded without charge from  
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

# Economistas no Brasil: ciclo de vida do produto e crise de superprodução<sup>1</sup>

Outubro, 2021

**Reinaldo Gonçalves**

*Professor titular de Economia Internacional, Instituto de Economia-UFRJ  
reinaldogoncalves1@gmail.com*

## Resumo

O texto examina a evolução da profissão de economistas no Brasil em suas distintas fases: “infância” na primeira metade do século XX; crescimento no auge do nacional-desenvolvimentismo em 1950-80; maturidade no período 1980-2000; e, por fim, o declínio que começou no final do século XX e tornou-se mais evidente nas duas primeiras décadas do século XXI. O problema estrutural é o desequilíbrio de estoque decorrente do excesso de oferta de graduados desde os anos 1980. O desequilíbrio entre oferta e demanda de graduados é causa do processo de ajuste que tem ocorrido desde o início do século XXI. O avanço desse processo requer a interrupção e reversão das políticas governamentais expansionistas do ensino superior de Economia.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar desse texto recebeu o Prêmio Brasil de Economia (segundo lugar) na categoria artigo temático em 2021. Erros e omissões remanescentes são de responsabilidade do autor.

## Introdução

O argumento central desse texto é que, desde os anos 1980, a profissão de economista no Brasil tem como característica marcante o problema estrutural do desequilíbrio de estoque (excesso de oferta em relação à demanda de graduados). É o que pode ser chamado de problema de realização do capital humano. Esse problema gerou o processo de ajuste pelo lado da oferta nas duas primeiras décadas do século XXI com o declínio do número de cursos, matrículas, ingressantes e concluintes (graduados). Cabe destacar que a fase de declínio expressa comportamento cíclico, e não uma tendência determinística.<sup>2</sup>

A formação profissionalizante do economista no Brasil tem longa tradição que retrocede às primeiras décadas do século XX.<sup>3</sup> A partir de 1931, com a regulamentação do curso de Administração e Finanças (diploma de Bacharel em Ciências Econômicas), houve estímulo à expansão do ensino de Economia. Dados censitários mostram que havia 1.893 economistas em 1940 e, nas décadas seguintes, com a marcha acelerada de expansão do ensino superior (oferta) e o forte crescimento da economia brasileira (demanda), o total

---

<sup>2</sup> Fases descendentes para ocupações profissionais são encontradas em outros países. Para ilustrar, nos Estados Unidos, o número de concluintes de graduação em Economia mostra tendência de crescimento no longo prazo nas últimas sete décadas, porém com flutuações cíclicas marcantes de longo prazo. Nesse país o fluxo de concluintes dos cursos de graduação em Economia tem fases descendentes nas décadas de 1950, 1970 e 1990. A formação de pós-graduação, por seu turno, tem evolução mais estável em decorrência, muito provavelmente, da internacionalização da produção de titulados de mestrado e doutorado (principalmente, na modalidade deslocamento de consumidores para os EUA) bem como do diferencial de rendimentos entre graduados e pós-graduados; ver EMMONS *et al* (2019) e U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION (2021).

<sup>3</sup> Os principais referenciais legais são: Lei No. 1.339 (09/01/1905) que aprovou o funcionamento dos cursos superiores de comércio da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e da Escola Prática de Comércio da Fundação Álvares Penteado em São Paulo; Decreto No. 17.329 (28/05/1926) que estruturou os cursos superiores de Ensino Técnico Comercial de quatro anos, cujos concluintes tinham diploma de Graduados em Ciências Econômicas e Comerciais (Art. 11e); Decreto nº 20.158 (30/6/1931) que dispôs sobre o curso de Administração e Finanças de três anos cujos graduados recebiam diploma de Bacharel em Ciências Econômicas e, com a apresentação de tese, tinham o título de Doutor em Ciências Econômicas (Art. 28); Decreto-Lei nº 7.988 (22/9/1945) que criou o curso superior de quatro anos de Ciências Econômicas que outorga diploma de Bacharel; e a Lei nº 1.411 (13/8/1951) que regulamentou a profissão de economista e estabeleceu o sistema COFECON-CORECONs. Ver MOTTA FILHO (1955); BUENO (1972); CASTRO (2001); e SAES e CYTRYNOICWZ (2010).

de economistas do país chegou a 34 mil em 1970 e 90 mil em 1980 (crescimento da ordem 10% a.a. em 1940-80).

De fato, os números refletem a marcha acelerada: o fluxo médio anual de economistas aumentou de 564 em 1951-60 para 2,3 mil em 1961-70, e 5,6 mil em 1971-80; ou seja, decuplicou em 20 anos.<sup>4</sup> Nas décadas de 1960 e 1970 as taxas anuais de crescimento dos fluxos anuais de graduados e dos estoques foram superiores a 10%, como vemos mais adiante. Nos anos 1970 os profissionais de Economia (bem como de outras áreas) beneficiaram-se de situações de pleno ou quase pleno emprego já que nesses anos o PIB cresceu à taxa média anual de 8,3%.

A crise e o processo de ajuste econômico na última década do século XX implicou mudança estrutural com a redução do fluxo anual de graduados e da taxa de crescimento do estoque de economistas. Entretanto, o estoque aumentou de 90 mil em 1980 para 162 mil em 1991, e 195 mil em 2000. Em resumo, durante duas décadas (1980-2000) de profunda instabilidade e crise econômica, houve aumento de 105 mil graduados em Economia.

O fato relevante é que, nas últimas duas décadas do século XX evidenciou-se o problema estrutural de excesso de oferta nas fases de maturidade e de início da fase de declínio do ciclo de vida do produto economista, como discutimos na próxima seção. No entanto, os dados dos Censos informam que os estoques de graduados ainda aumentaram para 195 mil em 2000 e 234 mil em 2010, e estimativas indicam 253 mil graduados em 2019.

Nesse texto, após essa introdução, na seção 1 distinguimos as distintas fases do ciclo de vida do produto economista e as tendências de longo prazo referentes à formação profissionalizante (ensinos de graduação e pós-graduação), com destaque para o declínio da graduação e a expansão da pós-graduação, principalmente, desde a virada do século XX para o século XXI. Na seção 2 discutem-se as características marcantes do mercado

---

<sup>4</sup> O fluxo médio anual corresponde ao fluxo líquido já que é a média anual da variação do estoque em cada período. Mais adiante examinamos a evolução do fluxo bruto que corresponde aos fluxos anuais de concluintes de graduação e de titulados de pós-graduação a partir de 1995, quando os dados disponíveis são mais consistentes.

de trabalho para economistas nas duas primeiras décadas do século XXI, em que – frente ao problema estrutural de excesso de oferta de graduados, i.e. oferta quase que perfeitamente elástica – constatamos as quedas dos rendimentos reais (absolutos e relativos) e a expansão do emprego formal. Na última seção resumimos as principais conclusões. O ANEXO apresenta os principais dados usados na análise empírica.

# 1 Ciclo de vida do produto economista

Segundo os Censos Demográficos havia 1.893 economistas em 1940 e, no ano anterior à regulamentação da profissão em 1951, havia 5.521 economistas (TABELA 1). O Censo de 2010 registrou 234,3 mil graduados e 23,7 mil pós-graduados *stricto sensu* em Economia, o que totalizou 258 mil profissionais. Em 2011-19 os cumulativos totais dos fluxos anuais de concluintes da graduação e dos titulados de pós-graduação eram 53,1 mil e 9,6 mil, respectivamente. Projeções e estimativas apresentadas mais adiante - baseadas nos concluintes, titulados e na taxa de “depreciação” - indicam 253 mil graduados e 30 mil pós-graduados em Economia (total = 283 mil) em 2019.<sup>5</sup>

TABELA 1 Estoque e fluxo de economistas graduados no Brasil: 1940-2019

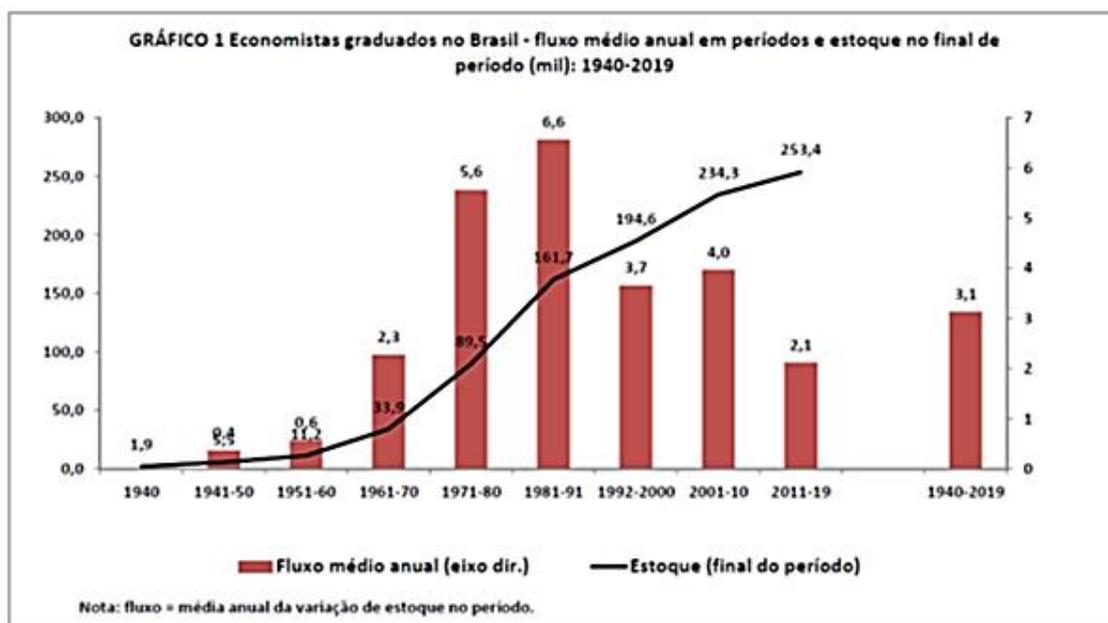
	Graduados		Variação média anual (%)		
	Estoque (fim do período) (a)	Fluxo (média anual) (b)	Estoque (início - fim do período)	Fluxo (c)	PIB (c)
1940	1.893			-	-
1941-50	5.521	363	11,3	-	4,7
1951-60	11.157	564	7,3	4,5	6,8
1961-70	33.901	2.274	11,8	15,0	6,6
1971-80	89.525	5.562	10,2	9,4	8,6
1981-91	161.742	6.565	5,5	1,5	4,0
1992-2000	194.611	3.652	2,1	-6,3	2,3
2001-10	234.287	3.968	1,9	0,8	2,8
2011-19	253.382	2.122	0,9	-6,7	2,4
1940-2019	253.382	3.134	6,4	2,6	4,5

Fontes e notas: (a) 1940-2010 - estoques, fim de período, dados censitários, IBGE, Censo Demográfico, exceto estimativa para 1960 (registros de diplomas e número de concluintes nos cursos de graduação de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais); 2011-19 - estimativas de estoque, *perpetual inventory method* com dados dos fluxos de concluintes e “taxa de depreciação” de 1,55%; concluintes 2011-19, INEP-MEC, Censo da Educação Superior; (b) fluxo = média anual da variação de estoque no período; e (c) variação em relação ao fluxo médio anual do período anterior.

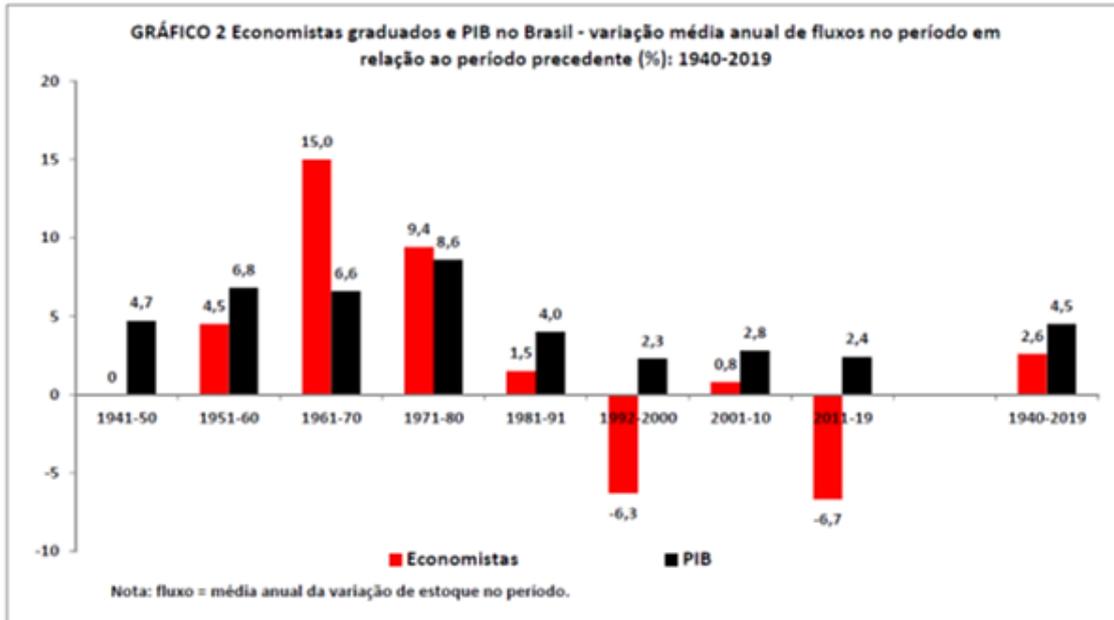
A evolução do número de economistas em 1940-2019 mostra que o processo de expansão é evidente dos anos 1940 até os anos 1980, quando houve inflexão (GRÁFICO 1). Em

<sup>5</sup> Para o cálculo dos estoques usamos o *perpetual inventory method* com a “taxa de depreciação” de 1,55%. Essa taxa refere-se à taxa implícita observada em 2000-10 e informada pela quantidade de graduados em Economia registrados nos Censos Demográficos (IBGE) de 2000 e 2010 e pelos números de concluintes de graduação em 2000-10 do Censo de Educação Superior (MEC-INEP). A “taxa de depreciação” abarca mortalidade, migração e *upgrade* (deslocamento) de graduados para a categoria de pós-graduados; porém, essa taxa não desconta os aposentados, desalentados, desempregados etc.. Também usamos a taxa de 1,55% para a estimativa do estoque de pós-graduados em 2011-19; portanto, os dados para a pós-graduação podem estar subestimados já que não há o efeito *upgrade* (deslocamento). Por outro lado, a “depreciação” dos pós-graduados é influenciada (incrementada) pela maior mortalidade decorrente da idade média e, talvez, da emigração (*brain drain*).

1980-91 atingiu-se o auge do fluxo médio anual de graduados (média anual da variação do estoque no período = 6,6 mil), ao mesmo tempo em que houve forte desaceleração do crescimento desse fluxo comparativamente à década precedente. A partir desse período a tendência de declínio é nítida. Em 1992-2000 o fluxo médio anual de graduados teve forte queda (3,7 mil), ou seja, foi pouco mais que 40% da média de graduados do período anterior.

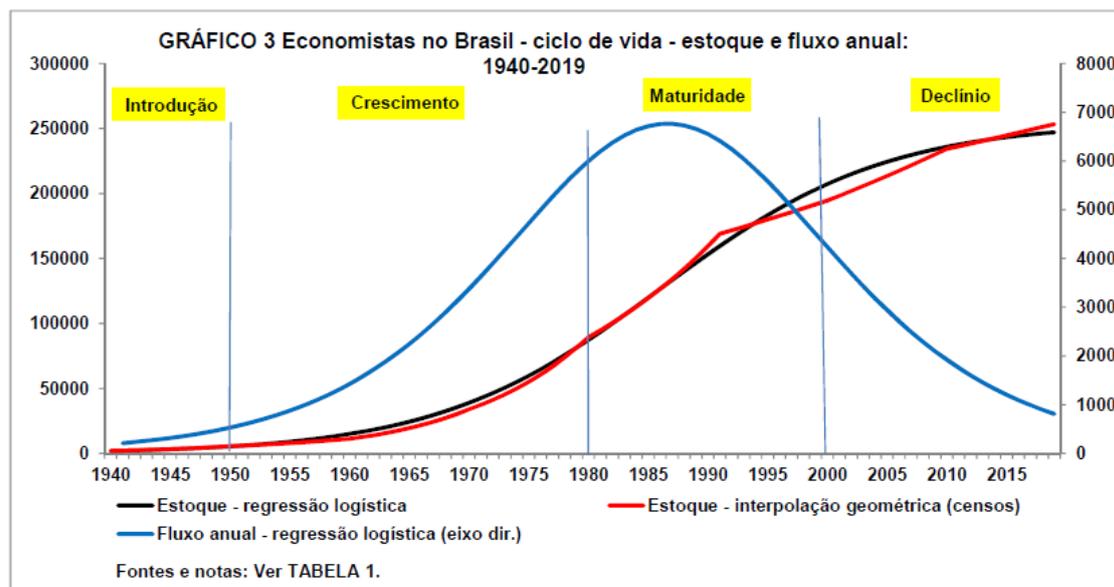


Ademais, a evolução da formação de economistas no Brasil parece acompanhar a própria dinâmica de evolução da economia brasileira (GRÁFICO 2). A fase ascendente do ciclo de expansão dos economistas ocorreu na Era Nacional-Desenvolvimentista (1930-80). Em 1981-91 a significativa desaceleração do crescimento do fluxo médio anual de graduados em Economia acompanhou a própria desaceleração do PIB nesse período. Em 1971-80, o fluxo médio de graduados e o PIB cresceram 9,4% e 8,6%, respectivamente; enquanto no período seguinte (1981-91), as taxas correspondentes foram 1,5% e 4,0%. Ou seja, evidente inflexão. Portanto, a “época dourada” da formação de graduados em Economia coincidiu com a “época dourada” da economia brasileira. A década de 1980 foi, de fato, o período de inflexão na dinâmica de evolução da formação de graduados em Economia e da geração de renda no país.



O ciclo de vida dos economistas no país parece seguir uma trajetória logística. Os dados de estoque e fluxos (variações de estoque, médias anuais intercensitárias) permitem a configuração do ciclo de vida do produto economista em quatro fases (GRÁFICO 3).

A primeira fase (introdução, infância ou produto novo) iniciou-se nos primórdios do século XX e se estendeu até 1950. A população de economistas era composta de concluintes do ensino comercial que obtiveram diploma de Graduado em Ciências Econômicas até 1946, bacharéis a partir de 1946 (quando houve a regulamentação do curso de graduação) e imigrantes. Como mencionado, em 1950 havia 5.521 economistas no país.



Na segunda fase (crescimento) em 1950-80 o estoque e o fluxo anual de economistas cresceram cerca de 10% anualmente. Esse crescimento elevado esteve associado à extraordinária expansão da economia brasileira (7,1% de variação média anual do PIB no período). Esse período pode ser vista como a *golden age* dos economistas não só no Brasil como no resto do mundo em decorrência da própria característica de produto novo.<sup>6</sup> Portanto, pelo lado da demanda, o crescimento econômico gerou emprego para milhares de concluintes dos cursos de Economia que chegaram ao mercado de trabalho anualmente. E, muito provavelmente, os economistas brasileiros beneficiaram-se do pleno emprego na primeira metade da década de 1970. O país chegou à marca de 89.525 economistas em 1980.<sup>7</sup> O fato relevante é que as maiores taxas de expansão da quantidade de economistas brasileiros ocorreram precisamente no período com as maiores taxas de crescimento do PIB (1950-80).

<sup>6</sup> Para ilustrar, nos Estados Unidos a taxa média anual de crescimento da quantidade de concluintes de graduação em Economia é 2,1% em 1951-2018; no entanto em 1951-80 a taxa correspondente é 4,9%. Ver, U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION (2021).

<sup>7</sup> Os pós-graduados com mestrado e doutorado em Ciências Econômicas, Contábeis e Atuais totalizavam 4.447 em 1980, segundo o Censo Demográfico. O Censo não distingue os economistas dos contadores e atuários com pós-graduação.

A terceira fase (maturidade) em 1980-2000 caracterizou-se, do lado da oferta de graduados, pela queda das taxas de variação dos estoques e dos fluxos de economistas. Na década de 1980 o fluxo anual de economistas continuou crescendo em termos absolutos e atingiu o recorde histórico (média anual = 6,6 mil). Porém, na última década do século XX observou-se redução absoluta muito significativa do número médio anual de concluintes de cursos de graduação (média anual = 3,7 mil) comparativamente à década anterior. Na ótica da demanda, cabe notar que a grande desaceleração da economia brasileira no período implicou, certamente, queda significativa da demanda por economistas no mercado de trabalho nesse período. Portanto, no início dos anos 1980 já se evidenciava o problema estrutural de excesso de oferta de economistas.<sup>8</sup> Em 2000 o país registrou 194,6 mil graduados e 12,8 mil pós-graduados, o que totalizou 207 mil profissionais de Economia.

Por fim, a quarta fase (declínio) começou na virada do século XXI e caracterizou-se por forte desaceleração da variação de estoque e pela tendência de queda do número absoluto de graduados anualmente. O incremento médio anual de economistas em 2011-19 (2,1 mil) foi menor que o fluxo correspondente em 1961-70 (2,3 mil) e aproximadamente um terço do fluxo em 1980-91 (6,6 mil).

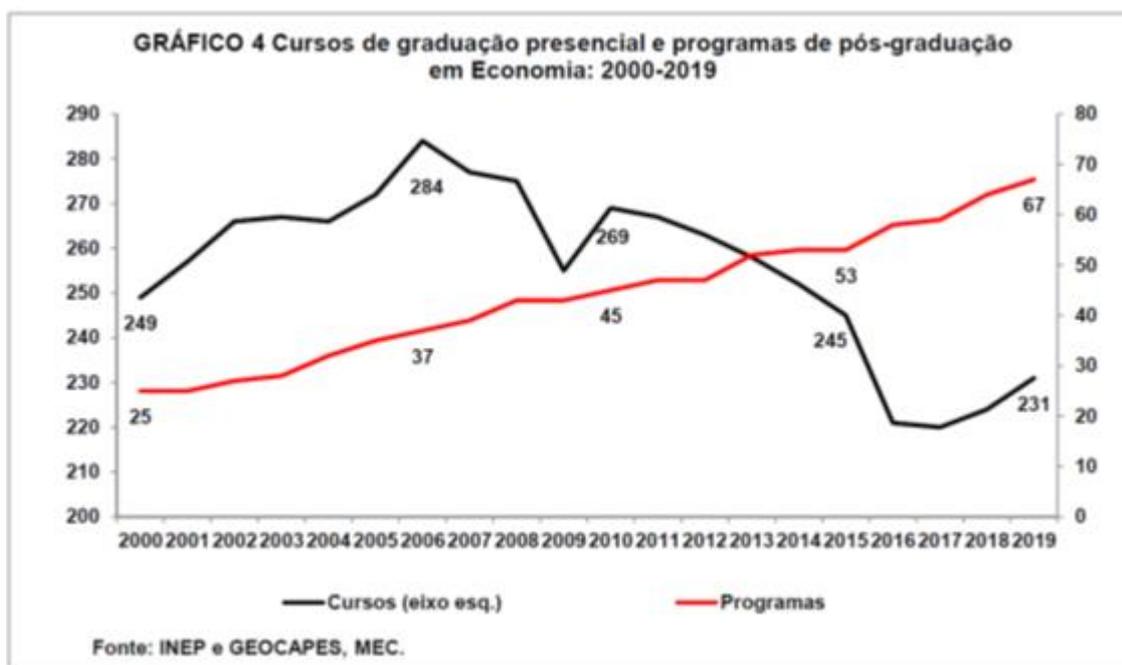
Vale destacar os enormes diferenciais das taxas de crescimento médio anual do estoque de economistas e dos fluxos anuais de graduados entre, de um lado, as fases de introdução e crescimento (1940-80 = 10,1%) e, de outro, as fases de maturidade e declínio (1980-2019 = 2,7%).

Segundo estimativas, em 2019 o país atingiu as marcas de 283 mil graduados (253 mil) e 30 mil pós-graduados em Economia. A análise empírica da formação profissionalizante deve ter como referência não somente a evolução do ensino de graduação como também de pós-graduação. O fato é que há movimentos divergentes da graduação (descenso) e da pós-graduação (ascenso) em 2000-19. Por um lado, o número de cursos presenciais de

---

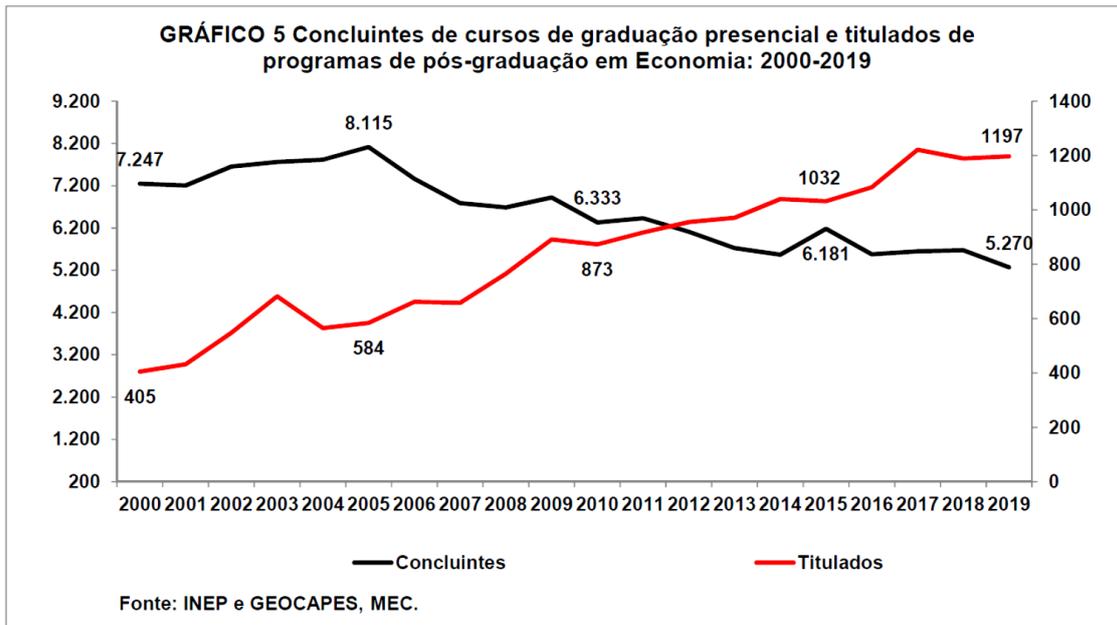
<sup>8</sup> O problema do excesso de oferta de economistas já havia sido identificado em meados dos anos 1970 (CASTRO, 1975, p. 553). Curiosamente, essa avaliação foi feita na fase de crescimento do ciclo de vida em que praticamente havia pleno emprego dos economistas brasileiros. Ainda que a fundamentação empírica fosse frágil, a *educated guess* do autor se revelaria correta e realista nas décadas seguintes.

graduação mostra tendência de queda a partir de 2006; por outro, há tendência de aumento praticamente contínuo da quantidade de programas de pós-graduação em todo o período (GRÁFICO 4).<sup>9</sup> A quantidade desses programas aumentou de 25 em 2000 para 67 em 2019, enquanto o número de cursos de graduação que havia aumentado de 249 em 2000 para 284 em 2006, caiu para 231 em 2019.

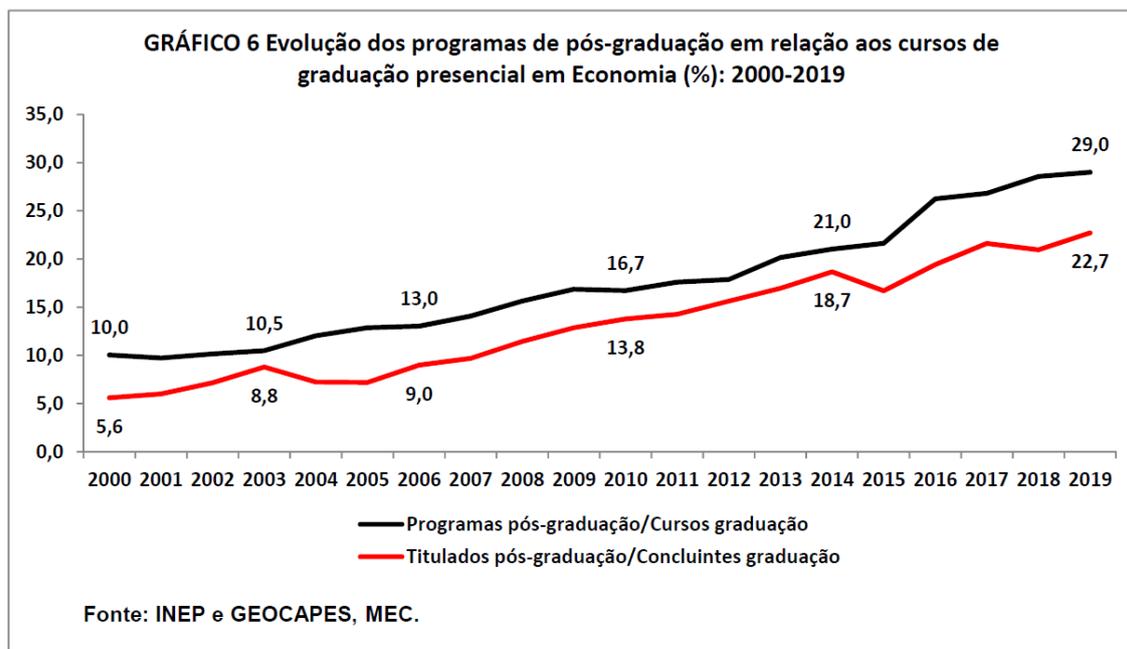


Os dados sobre concluintes dos cursos de graduação presencial e titulados dos programas de pós-graduação reafirmam tendências divergentes (GRÁFICO 5). As tendências são evidentes já que o número de concluintes de graduação saiu de 7.247 em 2000 e 8.115 em 2006 para 5.270 em 2019; enquanto o número de titulados de pós-graduação aumentou de 405 em 2000 para 1.197 em 2019.

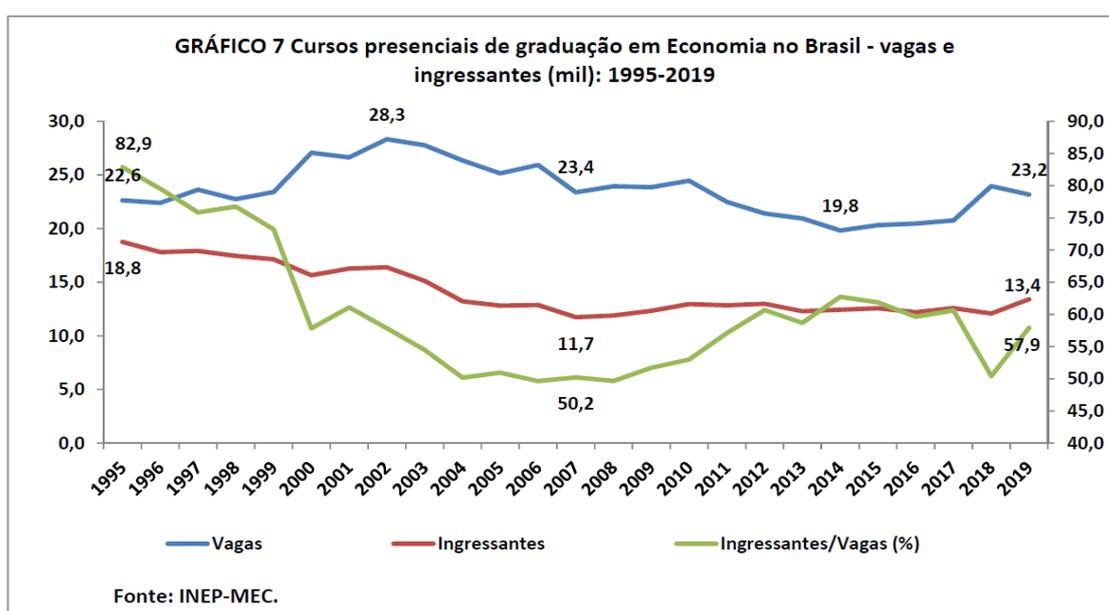
<sup>9</sup> Ver os dados no ANEXO, TABELAS A1, A2 e A3.



As evoluções dos cursos presenciais de graduação e dos programas de pós-graduação evidenciam a importância relativa crescente da pós-graduação (GRÁFICO 6). A proporção entre o número de programas de pós-graduação e de cursos de graduação aumentou de 10,0% em 2000 para 29,0% em 2019. E, a proporção entre o número de titulados de pós-graduação e de concluintes de graduação aumentou de 5,6% em 2000 para 22,7% em 2019. Certamente, são mudanças muito significativas.

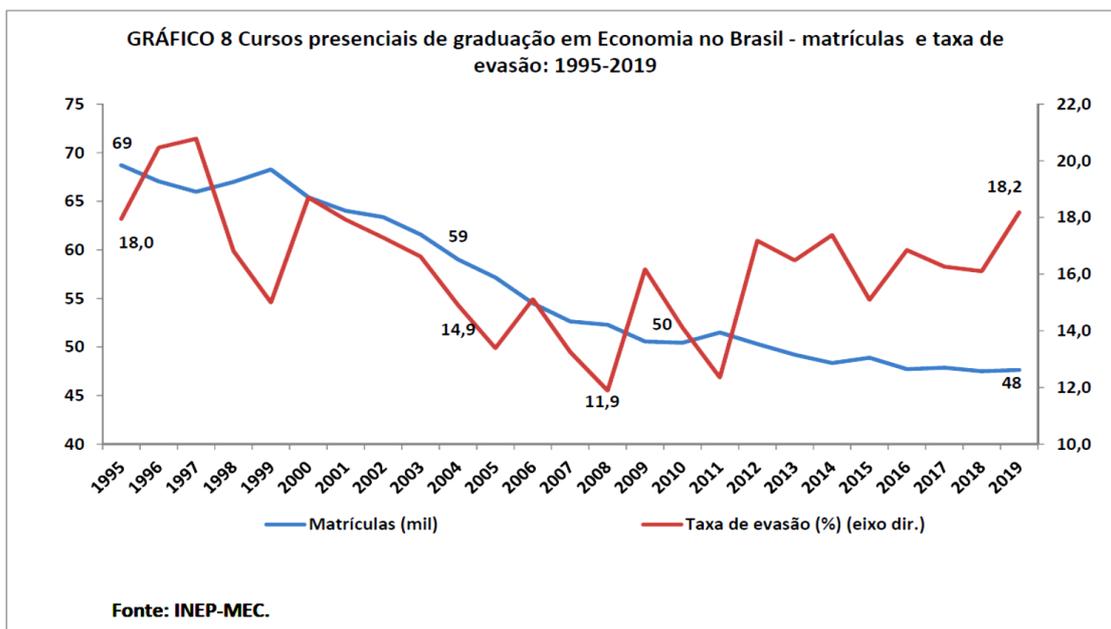


Evidência adicional sobre o declínio dos cursos de graduação presencial em Economia no Brasil é informada pelo hiato entre as vagas e os ingressantes nesses cursos (GRÁFICO 7). As vagas caíram de 28,3 mil em 2002 para 19,8 mil em 2014 (queda de 16%), voltaram a subir e chegaram a 23,2 mil em 2019 (mesmo nível de 2007). O número de ingressantes, por seu turno, caiu de 18,8 mil em 1995 para 11,7 mil em 2007 e manteve-se em torno de 12 mil - 13 mil nos anos seguintes (13,4 mil em 2019). Como indicador do desequilíbrio entre oferta e demanda, a relação entre ingressantes nos cursos e vagas caiu significativamente, e de forma praticamente contínua, de 82,9% em 1995 para 50,2% em 2007 e, a partir desse ano oscila no intervalo 50%-60% (57,9% em 2019).



O declínio dos cursos de graduação presencial evidencia-se claramente com a evolução do número de matrículas que caiu de 69 mil em 1995 para 59 mil em 2004, 50 mil em 2010 e 48 mil em 2019 (GRÁFICO 8); ou seja, queda de mais de 30% das matrículas em 2019 comparativamente a 1995. A taxa de evasão, por seu turno, que havia mostrado tendência de queda em 1995-2010 (mínimo de 11,9% em 2008), iniciou tendência de

aumento e chegou ao final da segunda década do século XXI com a mesma taxa da virada do século (18%).<sup>10</sup>



As tendências divergentes discutidas nessa seção ocorrem pelo lado da oferta (formação profissionalizante nos níveis de graduação e pós-graduação). Elas refletem a interação entre as políticas de governo, as decisões empresariais, as escolhas individuais e a dinâmica do mercado de trabalho (oferta e demanda). Essa dinâmica é o tema da próxima seção.

---

<sup>10</sup> Ver ANEXO TABELA A2 para a fórmula de cálculo da taxa de evasão. A taxa de evasão é, certamente, afetada pela evolução da economia (principalmente, a demanda por cursos privados). Entretanto, no ensino público e gratuito, o viés acadêmico pode ser causa da evasão de alunos descrentes do retorno da formação recebida (GUIMARÃES e MONSUETO, 2017, p. 4).

## 2 Mercado de trabalho: rendimento e emprego

A fase de declínio da profissão de economista no Brasil no passado recente também se apoia na evidência sobre a evolução do rendimento médio real.<sup>11</sup> O rendimento médio real mensal de todas as ocupações cresceu 36% em 2003-19, quase que continuamente.<sup>12</sup> O rendimento médio das ocupações de nível superior, por seu turno, aumentou 27% em 2003-12 e a partir de 2012 não houve crescimento (GRÁFICO 9).<sup>13</sup> O rendimento médio da ocupação típica de economista cresceu somente 3% em 2003-12 e, a partir de 2013, entrou em trajetória de queda já que em 2019 evidenciou-se redução de 17% comparativamente a 2013. Entre 2003 e 2019, houve grande discrepância entre, de um lado, a queda do rendimento dos economistas (15%), administradores (10%), advogados (8%) e contadores (4%) e, de outro, o aumento do rendimento dos engenheiros (29%) e do conjunto de ocupações de nível superior (27%).<sup>14</sup>

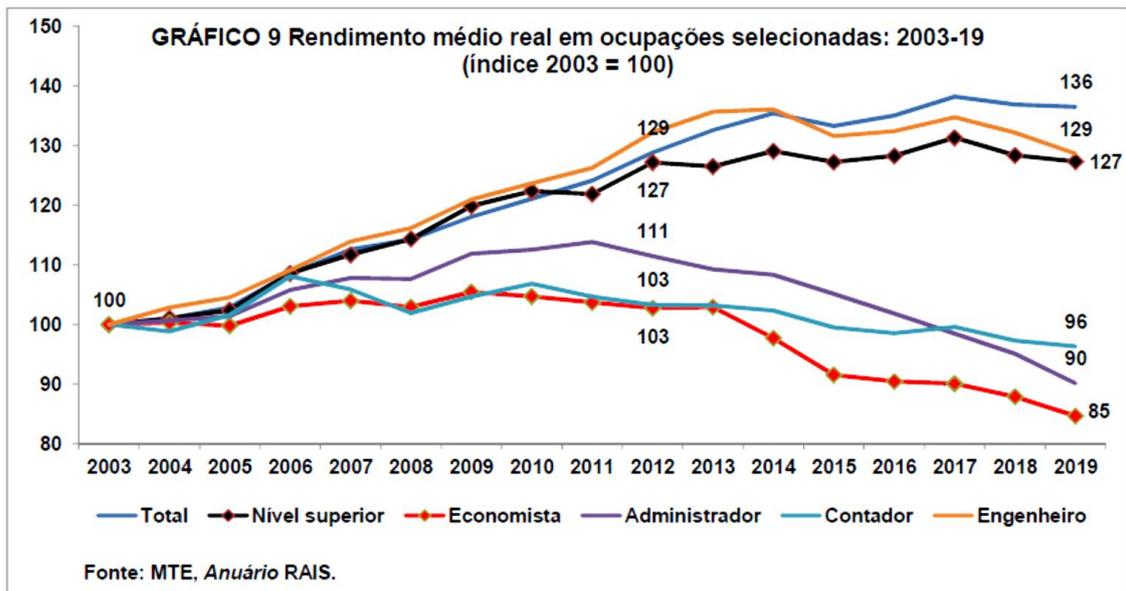
---

<sup>11</sup> Os dados têm como fonte o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho. O rendimento nominal refere-se ao mês de dezembro e é deflacionado pelo IPCA, média anual (preços constantes de 2019). Ver ANEXO TABELA A4.

<sup>12</sup> As ocupações de níveis educacionais mais baixos e, portanto, de menores rendimentos, têm se beneficiado das políticas governamentais de valorização real do salário mínimo.

<sup>13</sup> As ocupações de nível superior estão no grupo 2 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Não cabe incluir o grupo 1, que abarca dirigentes, diretores e gerentes nos setores público e privado, já que 73% dos trabalhadores nesse grupo não tinham cursos de nível superior em 2000 (NUNES e CARVALHO, 2007, Tabela 3).

<sup>14</sup> Os códigos das ocupações usados para o cálculo são baseados em informações a quatro dígitos (CBO): economistas (2512), administradores (2521), contadores (2522), advogados (2410) e engenheiros (somatórios das categorias 2140 a 2149).



Os dados informam, portanto, não somente a queda absoluta do rendimento real absoluto dos economistas como também a redução do rendimento relativo. O rendimento real médio dos economistas caiu de R\$ 8.333,00 em 2003 para R\$ 8.562 em 2012 e R\$ 7.055,00 em 2019 (TABELA 2).

**TABELA 2** Rendimento médio real de ocupações selecionadas: 2003, 2012 e 2019

	Rendimento real (R\$ constante, 2019)			Razão rendimento dos economistas / rendimento da ocupação			Taxa de variação média anual (%)		
	2003	2012	2019	2003	2012	2019	2003-12	2013-19	2003-19
Total	2.213	2.852	3.021	3,77	3,00	2,34	2,8	0,8	1,9
Nível superior	6.730	8.560	8.570	1,24	1,00	0,82	2,7	0,0	1,5
Engenheiro	9.902	13.089	12.735	0,84	0,65	0,55	3,1	-0,4	1,6
Contador	7.340	7.583	7.073	1,14	1,13	1,00	0,4	-1,0	-0,2
Administrador	7.571	8.439	6.823	1,10	1,01	1,03	1,2	-3,0	-0,6
Economista	8.333	8.562	7.055	1,00	1,00	1,00	0,3	-2,8	-1,0

Fonte: MTE, Anuário RAIS.

Em 2003-19 a variação média anual do rendimento real dos economistas é -1,0%, e, ademais, é a menor variação no conjunto das ocupações selecionadas. A relação entre o rendimento dos economistas e o rendimento médio das ocupações de nível superior caiu

de 1,24 em 2003 para 1,0 em 2012 e 0,82 em 2019. Portanto, o rendimento dos economistas, que era 24% maior que o rendimento das ocupações de nível superior em 2003, passou a ser 18% menor em 2019, ou seja, uma queda de aproximadamente 34% em menos de duas décadas.

Em 2003 os rendimentos dos economistas, administradores e contadores eram maiores que o rendimento médio das ocupações de nível superior. Contudo, ao longo do período em análise, principalmente a partir de 2013, essas três profissões passaram a ter rendimentos inferiores aos rendimentos médios das ocupações de nível superior. Evidencia-se, ainda, processo de “equalização dos preços dos fatores” já que os rendimentos de economistas, administradores e contadores convergem (em trajetórias de descenso) para rendimentos médios de aproximadamente R\$ 7.000 em 2019. Esse fato sugere o fenômeno dos produtos substitutos.

A queda do rendimento médio real dos economistas expressou deslocamentos das curvas de oferta e demanda de economistas no longo prazo. Esses deslocamentos são determinados por inúmeros fatores como disponibilidade de produtos substitutos, renda, número de compradores e vendedores, tecnologia, preferências e expectativas. Portanto, é provável que a evolução desfavorável dos rendimentos relativos e absolutos dos economistas nas duas primeiras décadas do século XXI tenha afetado negativamente as expectativas quanto aos salários dos potenciais ingressantes nos cursos de graduação. Expectativas desfavoráveis a respeito de rendimentos provocaram o declínio da clientela, expresso pela diminuição de ingressantes, matrículas e concluintes de cursos de graduação em Economia.

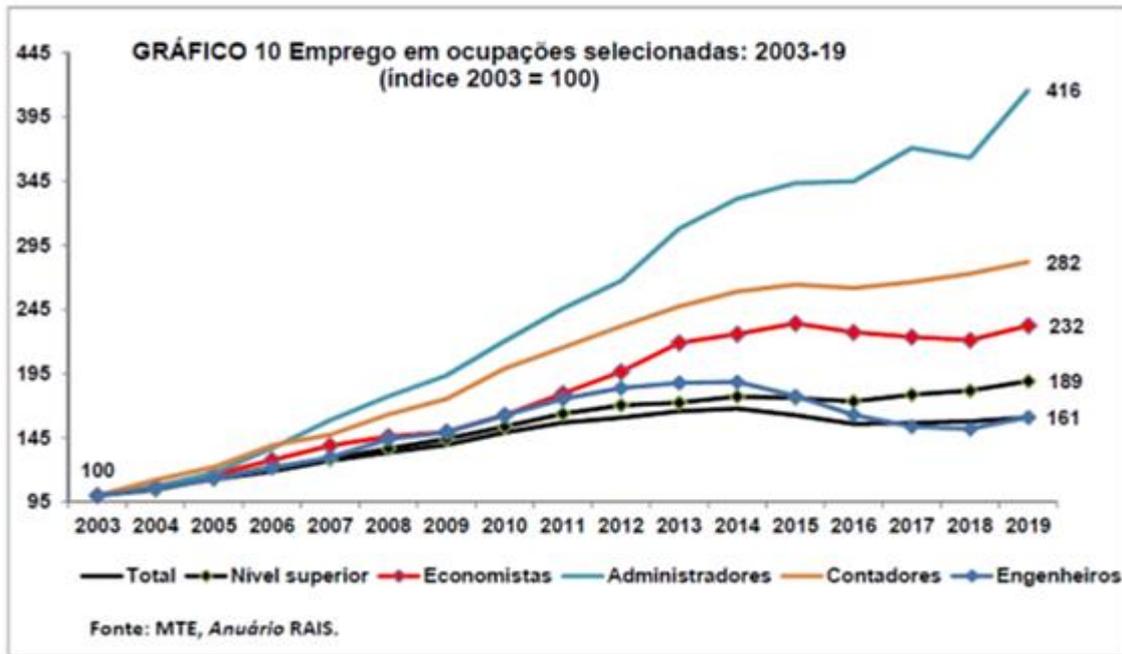
Por outro lado, a expansão da pós-graduação (programas e titulados) decorre das expectativas quanto ao diferencial significativo dos rendimentos médios de graduados e pós-graduados. Esse diferencial estimula a formação profissionalizante na direção de cursos de mestrado e doutorado. O Censo Demográfico de 2010 informa os seguintes rendimentos médios para economistas: graduados = R\$ 5.904; profissionais com mestrado = R\$ 11.885,00; e profissionais com doutorado = R\$ 12.569,00 (MACEDO, 2015, Tabela 8). Ou seja, economistas com mestrado ganhavam em média o dobro que economistas com graduação. Essa desigualdade de rendimentos aumentou ao longo do tempo já que economistas com mestrado ganhavam em média 40% a mais que

economistas com graduação em 1991 (CORADINI, 2010, Tabela 2, p. 23-24). Esse resultado decorre do contraste entre o excesso da oferta de graduados e a escassez da oferta de pós-graduados em Economia. Esses fenômenos distintos associam-se a processos divergentes entre, de um lado, o declínio da formação profissionalizante de graduados e, de outro, a expansão da pós-graduação.

De fato, há grande desigualdade de rendimentos dentro da profissão de economistas. Essa desigualdade transcende a lógica esperada do diferencial de rendimentos entre graduados e pós-graduados. Dados do Censo Demográfico de 2010 informam que, no conjunto de 44 profissões analisadas, a profissão de economista é a que apresenta a maior desigualdade de rendimentos dentro da profissão (MENEZES FILHO, 2012, Figura 20, p. 22). Essa desigualdade parece resultar do diferencial de qualidade dos concluintes e dos cursos de Economia no país (Ibid.).

Na ausência de problemas de escassez de oferta, a queda de rendimentos nos remete à demanda por mão de obra e, portanto, à questão do nível de emprego que equilibra oferta e demanda no mercado de trabalho.

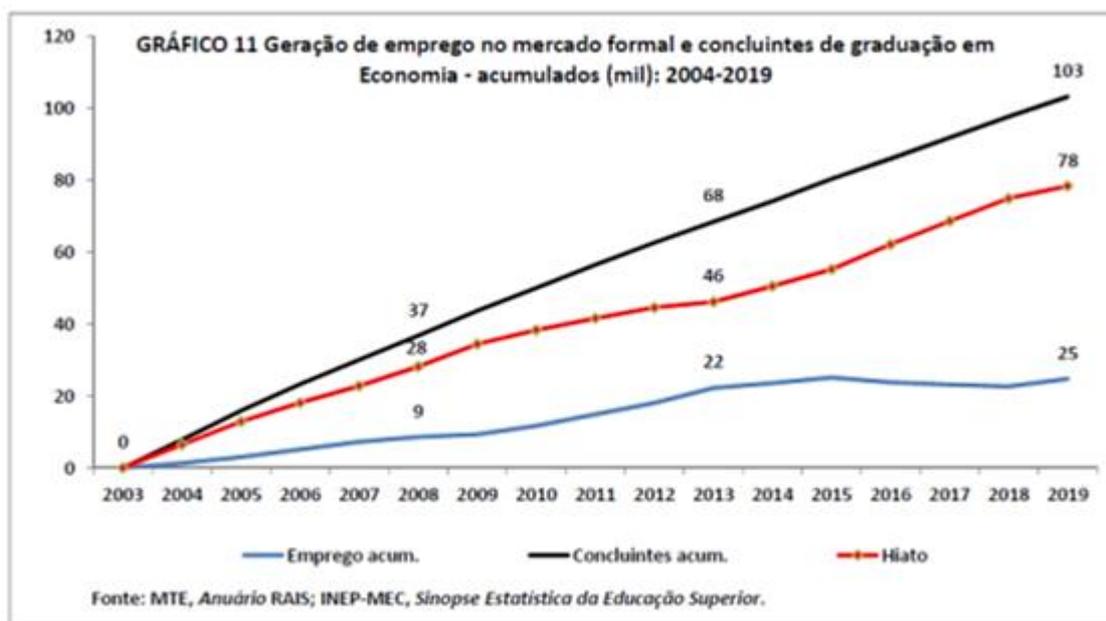
Em 2019 os índices de emprego formal (2003 = 100) são: economistas = 232; administradores = 416; contadores = 282; nível superior = 189; engenheiros = 161; e todas as ocupações = 161 (GRÁFICO 10). O fato a destacar é que a ocupação de economista encontra-se em situação favorável comparativamente às ocupações de nível superior. O crescimento médio anual do emprego para a ocupação de economista (5,3%) implica dobrar o nível de emprego para essa categoria a cada 13 anos enquanto o nível de emprego do conjunto de ocupações de nível superior só duplica a cada 17 anos.



O emprego formal de economistas aumentou de forma contínua de 18,7 mil em 2003 para 43,8 mil em 2015, e estabilizou-se em torno de 43 mil nos anos seguintes (2016-19).<sup>15</sup> Entretanto, em 2003-19, a média anual de geração de empregos formais para economistas foi igual a 1.548 enquanto o número médio anual de concluintes de graduação nesse período foi 6.443; ou seja, menos de um quarto dos economistas graduados encontraram ocupações típicas de economista; ou seja, no período 2004-19 evidenciou-se o acumulado de 103 mil graduados *versus* o acumulado de 25 mil novas ocupações típicas de economista no mercado formal (GRÁFICO 11). Portanto, constata-se hiato de 78 mil, que corresponde ao excesso de oferta de economistas.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Ver ANEXO TABELA A5.

<sup>16</sup> Naturalmente, esses economistas graduados nos últimos vinte anos podem estar em ocupações tais como CEO, CFO ou CIO de empresas transnacionais, dirigentes na administração pública, políticos, empresários, professores, consultores, fotógrafos e balconistas.



A relação entre o emprego de economistas no mercado formal e o estoque total de economistas com graduação e pós-graduação (oferta potencial) é crescente nas duas primeiras décadas do século XXI: 2003 = 8,4%; 2010 = 11,8%; e 2019 = 15,4%.<sup>17</sup> Essa tendência é, certamente, positiva para a profissão. Entretanto, devemos ter em conta que em 2019 o número total de economistas no mercado formal, com carteira assinada, era 44 mil enquanto o estoque total estimado chegou a 283 mil profissionais (graduados = 253 mil; pós-graduados = 30 mil). Em termos relativos e absolutos essa diferença é muito significativa (84% e 240 mil profissionais, respectivamente). Portanto, para cada profissional que exercia a ocupação típica de economista havia pelo menos outros cinco ou seis graduados e pós-graduados em Economia que estavam em uma das seguintes situações: aposentado; emigrante; desempregado; desalentado ou temporariamente fora do mercado de trabalho; desistente ou permanentemente fora do mercado de trabalho;

<sup>17</sup> Os dados de emprego formal são: 2003 = 18,7 mil; 2010 = 30,4 mil; e 2019 = 43,5 mil. E, os dados de estoque total (graduados mais pós-graduados) são: 2003 = 221,4 mil (interpolação geométrica com dados censitários); 2010 = 258,0 mil; e 2019 = 283,1 mil (estimativas do autor com o *perpetual inventory method*); rever TABELA 1.

empresário; trabalhador por conta própria; trabalhador não assalariado; e no exercício de outra ocupação.

A taxa de aderência é a proporção entre os diplomados em determinada profissão que exercem ocupações típicas dessa profissão e o total de diplomados na profissão (MACEDO, 2015, p. 9). Os Censos Demográficos mostram que para os economistas essa taxa tem caído (números aproximados) de 25% em 1980 para 20% em 1991, 10% em 2000 e 15% em 2010 (Ibid.).<sup>18</sup> A categoria dos economistas está entre aquelas que têm tido as mais baixas taxas de aderência desde 1980.<sup>19</sup>

A evidência também aponta para a elevada dispersão profissional dos economistas. A dispersão é igual ao número de ocupações exercidas por 70% dos profissionais entrevistados no Censo Demográfico de 2010. No conjunto de 28 profissões, as maiores dispersões são: Economia (30), Administração (35) e Engenharia Elétrica (37) (MACEDO, 2015, Tabela 1, p. 9).

Os dados não permitem calcular a contribuição das distintas categorias (graduados e pós-graduados) para o aumento da taxa de formalização de economistas no mercado de trabalho (em ocupações típicas de economista). No entanto, os dados permitem afirmar que as ocupações de economista financeiro e economista industrial são as que têm maior peso relativo no emprego formal (47% e 24%, respectivamente) (BRENE *et al*, 2020, Quadro 2).<sup>20</sup>

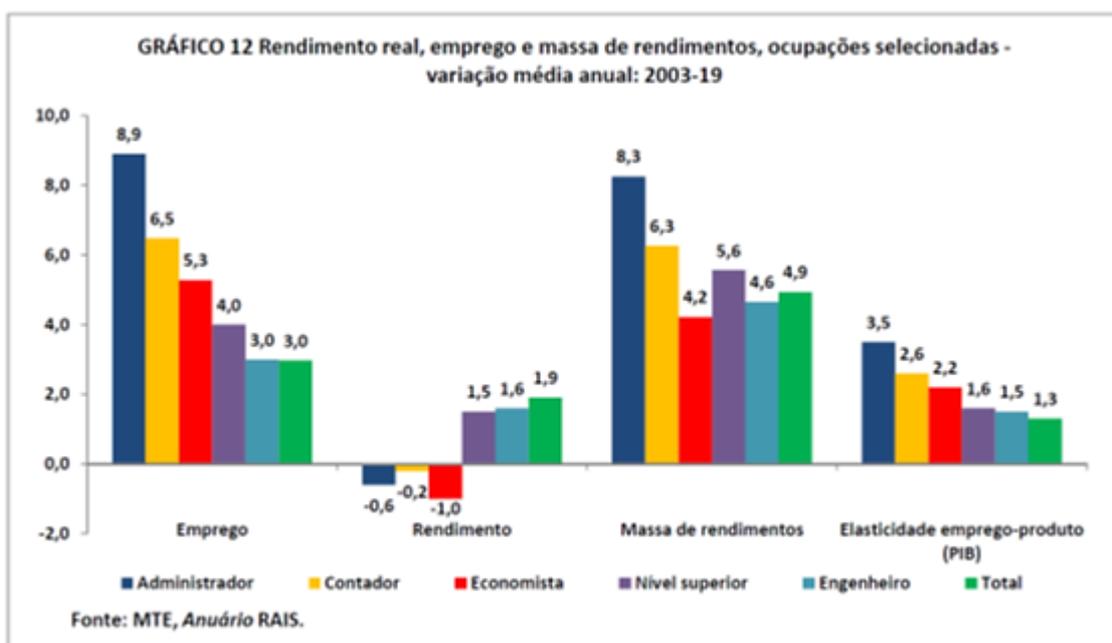
---

<sup>18</sup> MENEZES FILHO (2012, Figura 8, p. 17), também com dados censitários, informa taxas de aderência para economistas da ordem de 10% em 2000 e 2010. Esse estudo também evidencia a profissão de economista entre aquelas com as mais baixas taxas de aderência. Os estudos de MENEZES FILHO (2012) e MACEDO (2015) abarcam 44 e 35 profissões, respectivamente.

<sup>19</sup> As taxas de aderência mais baixas são: Economia, Pedagogia, Artes, Ciências Sociais e Filosofia (Ibid.).

<sup>20</sup> Esse estudo calcula que o maior impacto sobre a geração de emprego (diretos mais indiretos) de economistas em decorrência do aumento de R\$ 10 milhões na demanda agregada ocorre nos setores de artes, cultura, esporte e recreação – setores mais intensivos em mão de obra (Ibid., Tabela 1). O impacto desses setores é 4,4 vezes maior que o impacto da indústria de transformação e 3,3 vezes maior que o impacto da administração pública.

No longo prazo a interação de inúmeros fatores causou deslocamentos das curvas de oferta e demanda que afetaram os níveis de emprego e rendimentos de todas as ocupações. De um lado, economistas, contadores e administradores tiveram maior expansão do emprego e queda do rendimento real e, de outro, o conjunto das ocupações e o conjunto das ocupações de nível superior (e.g., engenheiros) tiveram menor aumento do emprego e aumento do rendimento real (GRÁFICO 12). Portanto, parece haver algum dilema entre variação do emprego e variação do rendimento real, ou seja, o maior crescimento do emprego ocorreu nas ocupações com menor variação do rendimento real.



Vale destacar que, pelo lado da demanda, a evolução do emprego para economistas beneficia-se da elasticidade renda emprego-produto (PIB) relativamente alta (2,2) comparativamente aos nossos *benchmarks*.<sup>21</sup> Entretanto, vale destacar que o inverso da elasticidade emprego-produto pode ser vista como *proxy* para a produtividade (AMITRANO, 2015, p. 44). *Ceteris paribus*, a elevada elasticidade dos economistas pode expressar a baixa produtividade comparativamente às outras profissões consideradas (e.g., engenheiros).

<sup>21</sup> Elasticidades derivadas de equações de regressão na forma logarítmica ( $\text{LN emprego} = f(\text{LN PIB})$ ). Em 2003-19 o PIB brasileiro cresceu à taxa média anual de 2,3%.

No caso dos economistas, pelo lado da oferta, a queda de rendimento médio real ocorreu simultaneamente com a desaceleração do crescimento do estoque de profissionais a partir do final dos anos 1980 e a redução do número absoluto do fluxo de concluintes dos cursos de graduação a partir de 2006. Considerando a queda do rendimento real (variação média anual de -1,0%), o desempenho da massa de rendimentos reais obtida pelos economistas (variação média anual de 4,2%) é explicado pela elevação do emprego (5,3% a.a.).

O ponto central é que pelo lado da oferta no longo prazo, o processo de ajuste de estoque (via redução dos fluxos de concluintes de graduação) não tem sido suficiente para acomodar os deslocamentos da demanda (decorrente das variações da renda e dos rendimentos relativos). Em consequência, constatamos a redução do rendimento médio real e o desempenho relativamente menos favorável da massa de rendimentos dos economistas. Ou seja, mesmo com o processo de ajuste (fluxo e estoque) no longo prazo, persiste o problema de excesso de oferta de economistas: – o clássico problema da “realização do capital”, dessa vez, de “capital humano”.

### 3 Conclusão

A crise de realização de capital humano (graduados em Economia) é, principalmente, de superprodução e não de subconsumo. A superprodução é a forma de manifestação da crise já que as causas primárias são decorrentes das decisões de indivíduos, empresas, organizações e governos que têm superestimado a demanda por graduados em Economia. Ou seja, há falhas de mercado e de governo: indivíduos (clientela dos cursos - consumidores e investidores dos serviços de educação); empresas e organizações (públicas e privadas) que produzem serviços de educação superior; e o governo por meio da política expansionista e não seletiva do ensino superior.

Em 2019 o número total de economistas no mercado formal, com carteira assinada, era 43 mil enquanto o estoque estimado de graduados e de pós-graduados totalizou 283 mil profissionais. Essa diferença é muito significativa em termos absolutos (240 mil profissionais) e em termos relativos (84%) já que para cada profissional que exercia a ocupação típica de economista havia pelo menos outros cinco ou seis que estavam em diferentes situações (aposentado, desempregado etc.) e, particularmente, no exercício de outra ocupação, geralmente subempregado (*overeducation*).

Os indicadores convergem para a evidência conclusiva a respeito da baixa taxa de aderência (proporção dos profissionais em ocupações típicas), do elevado grau de dispersão ocupacional, do diferencial significativo de rendimentos dos graduados e pós-graduados em Economia e da extraordinária desigualdade de rendimentos dentro da profissão de economista. Esse último fato pode ser resultado do diferencial de qualidade dos concluintes e dos cursos. O dilema quantidade *versus* qualidade se revela, ainda, quando consideramos que o número de vagas disponíveis para cursos de graduação presencial tem sido praticamente o dobro do número de ingressantes nos cursos de Economia.

O ponto central desse artigo é a existência do problema estrutural e de longo prazo do desequilíbrio entre a oferta de graduados e a demanda de economistas. Esse problema tem origem, principalmente, no ponto de inflexão da dinâmica de crescimento econômico do país no início dos anos 1980.

Quatro décadas depois, na terceira década do século XXI, a profissão de economistas no Brasil pode experimentar significativos deslocamentos da oferta e da demanda. Na ótica da oferta, há movimentos contraditórios já que, de um lado, o excesso de profissionais no mercado (desequilíbrio de estoque e a conseqüente redução do rendimento real) tem causado o declínio da formação de graduados (número de concluintes dos cursos de graduação) e, portanto, levado à contenção da oferta de economistas. De outro, a mudança na função de produção, decorrente da expansão da modalidade da Educação a Distância (EAD), tende a causar deslocamento para a direita da curva de oferta de economistas.

Na ótica da demanda, também há movimentos contraditórios visto que, de um lado, há restrições decorrentes das mudanças na estrutura de produção (menor demanda de planejadores, analistas de projetos etc.), expansão de produtos similares (principalmente, administradores de empresas) e menor dinamismo da economia brasileira. De outro, a maior empregabilidade ocorreria via aquisição de competências e habilidades adequadas às ocupações no setor empresarial por meio do ensino a distância, das mudanças de conteúdos curriculares e da pós-graduação.

Entretanto, cabe notar pelo menos duas incertezas críticas. A primeira é que a modalidade EAD pode ter efeito negativo para o futuro da profissão se for usada, principalmente, na via quantitativa para aumentar o número de concluintes de graduação já que reverteria o processo de ajuste de estoque. E, a segunda incerteza crítica para o processo de ajuste é a hipótese da expansão das matrículas no ensino superior (inclusive, de Economia) causada pelo fraco desempenho da economia brasileira no futuro. Esse fenômeno (expansão do ensino superior *cum* recessão) já foi observado em outros países (WINDOLF, 1992). Ele pode ser explicado pelo menor custo de oportunidade da clientela potencial dos cursos de nível superior que, desempregados e sem condições de obtenção de rendimentos adequados, realocam tempo e recursos para o consumo/investimento em educação. Essa hipótese é reforçada quando, no âmbito da estabilização macroeconômica, a política fiscal expansionista abarca a ampliação dos gastos e dos subsídios fiscais para a educação

superior sem referenciais de qualidade, nem de equilíbrio entre oferta e demanda no mercado de trabalho no longo prazo.<sup>22</sup>

Nesse ponto, cabe destacar que os expansionistas do ensino superior - principalmente, os fundamentalistas do ensino público e gratuito e os negacionistas da racionalidade na alocação de recursos -, tendem a desconhecer ou negligenciar os custos associados ao desequilíbrio entre o excesso da oferta e a demanda de graduados. A evidência aponta para associação positiva entre *overeducation* e sintomas de depressão em indivíduos que investem tempo, saúde e dinheiro em cursos de nível superior e que experimentam situações de subemprego estrutural (longo prazo) e altas taxas de desemprego (DUDAL e BRACKE, 2019).<sup>23</sup> Esses indivíduos vivenciam insatisfação, desesperança e alienação que causam sofrimento mental (depressão) e físico (BRACKE, 2013, p. 1244).

No cenário otimista, caso as forças positivas superem as negativas, os economistas se beneficiarão da redução tanto da inconsistência entre escolaridade e ocupação (*overeducation*, má alocação de recursos etc.) como da dispersão ocupacional (rendimentos menores e desigualdade).<sup>24</sup> Não há dúvida que os economistas experimentarão maior acirramento da concorrência nos mercados de trabalho em distintas ocupações, principalmente, naquelas que, no mundo corporativo, estão no conjunto interseção com os administradores de empresas e, em menor medida, com os engenheiros. Portanto, *ceteris paribus*, o aumento do emprego de graduados (e até mesmo, pós-graduados), provavelmente, não implicará aumento dos rendimentos médios reais nos próximos anos – o que repetiria o fenômeno observado nas duas primeiras décadas do século XXI.

---

<sup>22</sup> “While this behaviour appears rational from the standpoint of the individual, it becomes increasingly irrational from the standpoint of society as a whole. Uncontrolled educational aspirations lead to a chronic oversupply of university graduates in the job market, and the educational system distances itself ever further from a condition of equilibrium with the needs of the economy.” (Ibid., p. 7).

<sup>23</sup> Políticas de proteção ao trabalhador não parecem ter impacto sobre a relação entre *overeducation* e depressão (Ibid., p. 141).

As incertezas críticas inibem a construção de cenários predominantes. No entanto, podemos visualizar o cenário otimista de rejuvenescimento (quinta fase), na sequência das fases do ciclo de vida do produto economista (infância, crescimento, maturidade e declínio). Essa fase se caracterizaria por: (1) continuação do processo de correção do desequilíbrio de estoque com a gradual redução do excesso de oferta de economistas via redução do número de concluintes dos cursos de graduação; (2) flexibilização da formação básica de graduados em cursos EAD, com “caixas de ferramentas” mais adequadas às necessidades do mercado (privado e público); (3) pós-graduação focada na qualidade, com a maior adequação de habilidades e competências; e (4) interrupção e reversão da política governamental expansionista do ensino de Economia por meio de discriminação positiva (quotas), subsídios fiscais, financiamentos e outros gastos públicos.

O cenário otimista (fase de rejuvenescimento) para a profissão de economista envolve mudanças, principalmente, pelo lado da oferta de economistas (correção do desequilíbrio de estoque e adequação das “caixas de ferramentas”). Ainda pelo lado da oferta, não podemos excluir a hipótese da pandemia de 2020-21 implicar quebra estrutural em consequência de mortalidade, deterioração de expectativas, queda de renda e fechamento de cursos, programas, e empresas e organizações de ensino superior. Portanto, haveria aceleração do ajuste de estoque via redução do número de concluintes e titulados nos próximos anos. O choque da quebra estrutural seria, portanto, positivo; o que evidencia de forma dramática o fenômeno do excesso de oferta e a crise de superprodução: muito economista para pouco PIB!

## Bibliografia

AMITRANO, Claudio R. Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir dos dados da RAIS. *Texto para Discussão* IPEA 2033. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

BRACKE, Piet et al. Overeducation and depressive symptoms: diminishing mental health returns to education. *Sociology of Health & Illness*, Vol. 35, No. 8, p. 1242-1259, 2013.

BRENE, Paulo Rogério A. *et al.* A profissão de economista e sua demanda na cadeia produtiva. Disponível: <https://www.coreconpr.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/apb.pdf>. Acesso: 15 de junho de 2021;

BUENO, Luiz de F. A Evolução do Ensino de Economia no Brasil. *Ensaio Econômico EPGE* No. 5. Rio de Janeiro: Escola de Pós-Graduação em Economia, Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CASTRO, Claudio M. A produção de economistas e o produto de economistas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 5, n. 2, p. 517-560, dezembro 1975.

CASTRO, Nivalde J. de. *O Economista – a História da Profissão no Brasil. processo de profissionalização do economista no Brasil*. Rio de Janeiro: COFECON, CORECON-RJ, CORECON-SP, 2001.

CORADINI, Odaci L. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 15, No. 43, p. 45-69, 2010.

DUDAL, Pieter; BRACKE, Piet. On the moderation of the relation between overeducation and depressive symptoms through labor market and macro-economic factors. *Health & Place*, Vol. 56, p. 135-146, 2019.

EKERMAN, Eunice R. 1989. O ensino superior no Brasil: público e privado. *Documento de Trabalho* 03/2003. NUPES-Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo, 2003.

EMMONS, William R. *et al.* Is college still worth it? The new calculus of falling returns. *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, Vol. 101, No. 4, p. 297-329, 2019.

GUIMARÃES, Adriana M.; MONSUETO, Sandro E. Determinantes do abandono nos cursos de Administração, Contabilidade e Economia da UFG. VII Conferencia Latinoamericana sobre el Abandono en la Educación Superior, Universidad Nacional de Córdoba, 2017.

IBGE. *Anuário Estatístico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diversos anos. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso: 15 de junho de 2021.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diversos anos. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/25089-censo-1991-6.html?edicao=25091&t=publicacoes>. Acesso: 15 de junho de 2021.

INEP-MEC. *Nota Técnica* Nº 58/2020/CGCQES/DAES. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação, 2020.

INEP-MEC. *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação, diversos anos. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. Disponível: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/>. Acesso: 28 de setembro de 2021 (1997).

MACEDO, Roberto. O Economista no mercado de trabalho brasileiro – implicações educacionais e para as entidades de classe. Brasília: Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. *Revista de Conjuntura*, Ano 14, No. 56, p. 4-19, 2015.

MACHADO, Ana Flávia *et al.* Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta com base na noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade. *Nova Economia*, Vol. 14, No. 2, p. 11-33, 2004.

MACHADO, Luciano; OLIVEIRA, Ana Maria H. Mobilidade ocupacional e incompatibilidade educacional no Brasil metropolitano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 43, No. 2, p. 279-307, 2013.

MACHADO, Luiz A. 60 anos da regulamentação da profissão de economista. União Geral dos Trabalhadores. Notícias UGT 19 de agosto de 2011. Disponível: <https://ugt.org.br/post/4025-60-anos-da-regulamentacao-da-profissao-de-economista>. Acesso: 20 de junho de 2021.

MENEZES FILHO, Naercio A. Apagão de Mão de Obra Qualificada? As Profissões e o Mercado de Trabalho Brasileiro entre 2000 e 2010. *Policy Paper* No. 04. São Paulo: INSPER-Instituto de Ensino e Pesquisa, 2012.

MOTTA FILHO, Candido. Ensino profissional de Economia. Palestra, Semana do Economista de 1955. São Paulo: Conselho Regional de Economia. Disponível: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/6320/4524>. Acesso: 18 de agosto de 2021.

MTE-RAIS. *Anuário Estatístico RAIS*. Brasília: Ministério do Trabalho. Disponível: <http://www.mte.gov.br/pdet/default.asp>. Acesso: 20 de junho de 2021.

NUNES, Edson; CARVALHO, Márcia M. de. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. *Sociologia*, Ano 9, No. 17, p. 190-215, 2007.

SAES, Flávio A. Marques; CYTRYNOICWZ, Roney. O ensino de economia e as origens da profissão de economista no Brasil. *Locus: Revista de História*, Vol. 6, No. 1, p. 37-57, 2000.

U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION. Degrees in economics, history, political science and government, and sociology conferred by postsecondary institutions, by level of degree: Selected years, 1949-50 through 2017-18 National Center for Education Statistics. Disponível: [https://nces.ed.gov/programs/digest/d19/tables/dt19\\_325.92.asp](https://nces.ed.gov/programs/digest/d19/tables/dt19_325.92.asp). Acesso: 15 de junho de 2021.

US. DEPARTMENT OF LABOR, Bureau of Labor Statistics. *Occupational Outlook Handbook*, Economists. Disponível: <http://www.bls.gov/ooh/life-physical-and-social-science/economists.htm>. Acesso: 15 de junho de 2021.

WINDOLF, Paul. Cycles of expansion in higher education 1870-1985: an international comparison. *Higher Education*, No. 23, p. 3-19, 1992.

# ANEXO

## SÉRIES ESTATÍSTICAS

**TABELA A1 Concluintes e ingressantes nos cursos de graduação em Economia no Brasil: 1995-2019**

	Concluintes			Ingressantes		
	Presencial	EAD	Total	Presencial	EAD	Total
1995	6.787		6.787	18.758		18.758
1996	6.389		6.389	17.807		17.807
1997	6.423		6.423	17.916		17.916
1998	6.830		6.830	17.455		17.455
1999	7.062		7.062	17.134		17.134
2000	7.247		7.247	15.650		15.650
2001	7.205		7.205	16.275		16.275
2002	7.654		7.654	16.385		16.385
2003	7.761		7.761	15.125		15.125
2004	7.814		7.814	13.223		13.223
2005	8.115		8.115	12.811		12.811
2006	7.363		7.363	12.871		12.871
2007	6.788		6.788	11.739		11.739
2008	6.685		6.685	11.892	332	12.224
2009	6.922		6.922	12.336	421	12.757
2010	6.333		6.333	12.959	262	13.221
2011	6.430		6.430	12.839	448	13.287
2012	6.112	34	6.146	12.987	133	13.120
2013	5.726	60	5.786	12.292	466	12.758
2014	5.569	81	5.650	12.432	733	13.165
2015	6.181	49	6.230	12.573	1.478	14.051
2016	5.577	70	5.647	12.202	1.936	14.138
2017	5.649	131	5.780	12.585	3.894	16.479
2018	5.675	167	5.842	12.076	4.270	16.346
2019	5.270	281	5.551	13.412	6.678	20.090

Fonte: INEP-MEC, *Censo da Educação Superior*, diversos anos.

TABELA A2 Cursos presenciais de graduação em Economia no Brasil - concluintes, matrículas, vagas, ingressos e taxa de evasão: 1995-2019

	Cursos	Concluintes	Matrículas	Vagas	Ingressantes	Taxa de evasão (%)
1995	195	6.787	68.709	22.634	18.758	18,0
1996	205	6.389	67.055	22.392	17.807	20,5
1997	209	6.423	65.975	23.623	17.916	20,8
1998	209	6.830	66.992	22.739	17.455	16,8
1999	234	7.062	68.272	23.400	17.134	15,0
2000	249	7.247	65.414	27.064	15.650	18,7
2001	257	7.205	64.018	26.638	16.275	17,9
2002	266	7.654	63.375	28.325	16.385	17,3
2003	267	7.761	61.584	27.764	15.125	16,6
2004	266	7.814	59.020	26.355	13.223	14,9
2005	272	8.115	57.161	25.146	12.811	13,4
2006	284	7.363	54.505	25.934	12.871	15,1
2007	277	6.788	52.634	23.379	11.739	13,3
2008	275	6.685	52.287	23.946	11.892	11,9
2009	255	6.922	50.563	23.859	12.336	16,2
2010	269	6.333	50.440	24.458	12.959	14,1
2011	267	6.430	51.498	22.487	12.839	12,4
2012	263	6.112	50.312	21.406	12.987	17,2
2013	258	5.726	49.205	20.946	12.292	16,5
2014	252	5.569	48.355	19.818	12.432	17,4
2015	245	6.181	48.901	20.322	12.573	15,1
2016	221	5.577	47.725	20.466	12.202	16,8
2017	220	5.649	47.878	20.760	12.585	16,3
2018	224	5.675	47.504	23.957	12.076	16,1
2019	231	5.270	47.637	23.168	13.412	18,2

Fontes e notas: MEC-INEP, Censo da Educação Superior, diversos anos. A taxa de evasão no ano t (Et) é calculada como:  $Et = 1 - [(Mt - \pi) / (Mt - Ct - 1)]$ , em que M = matrículas, I = ingressantes e C = concluintes.

TABELA A3 Pós-graduação *stricto sensu* de Economia no Brasil - titulados: 1998-2019

	Titulados				Programas
	Doutorado	Mestrado	Mestrado Profissional	Total	
1998	58	195	0	253	22
1999	55	250	8	313	23
2000	74	302	29	405	25
2001	75	319	38	432	25
2002	93	344	111	548	27
2003	101	380	201	682	28
2004	76	342	147	565	32
2005	91	334	159	584	35
2006	110	343	209	662	37
2007	87	324	247	658	39
2008	107	368	290	765	43
2009	137	407	347	891	43
2010	143	388	342	873	45
2011	126	405	386	917	47
2012	144	468	343	955	47
2013	146	515	310	971	52
2014	169	508	363	1.040	53
2015	166	514	352	1.032	53
2016	175	542	366	1.083	58
2017	216	576	429	1.221	59
2018	222	569	398	1.189	64
2019	244	573	380	1.197	67

Fonte: GEOCAPES, MEC.

TABELA A4 Rendimento médio das ocupações de economista e outras selecionadas de nível superior: 2003-19

RENDIMENTO NOMINAL (R\$)																	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	927	1.008	1.086	1.181	1.278	1.376	1.481	1.611	1.758	1.931	2.104	2.287	2.493	2.684	2.827	2.905	3.021
Nível superior	2.820	3.067	3.286	3.396	3.837	4.186	4.374	4.930	5.249	5.793	6.105	6.628	7.237	7.733	8.166	8.283	8.570
Economistas	3.492	3.770	3.968	4.223	4.446	4.666	4.984	5.245	5.531	5.796	6.130	6.214	6.447	6.768	6.936	7.024	7.055
Administradores de empresas	3.172	3.436	3.661	3.941	4.187	4.433	4.803	5.122	5.516	5.713	5.930	6.257	6.723	6.924	6.888	6.904	6.823
Contadores e auditores	3.076	3.272	3.357	3.903	3.986	4.069	4.356	4.713	4.916	5.133	5.432	5.732	6.171	6.496	6.754	6.849	7.073
Engenheiros	4.149	4.592	4.939	5.317	5.787	6.257	6.791	7.358	8.001	8.861	9.633	10.280	11.010	11.775	12.329	12.551	12.735
Médicos	2.299	2.537	2.792	3.117	3.496	3.874	4.379	5.181	5.947	6.524	7.227	8.275	8.914	9.462	9.894	9.794	10.101
Advogados	3.793	4.012	4.116	4.454	4.682	4.910	5.050	5.090	5.451	5.927	6.208	6.649	7.141	7.662	7.824	8.027	8.306
Dentistas	1.647	1.820	1.979	2.172	2.351	2.530	2.787	3.022	3.308	3.723	4.079	4.417	4.782	5.197	5.380	5.510	5.730
RENDIMENTO REAL (R\$ constante 2019)																	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	2.213	2.236	2.277	2.401	2.492	2.529	2.612	2.680	2.747	2.852	2.935	2.997	2.950	2.989	3.059	3.029	3.021
Nível superior	6.730	6.801	6.889	7.309	7.518	7.696	8.067	8.237	8.201	8.560	8.515	8.687	8.564	8.634	8.838	8.639	8.570
Economistas	8.333	8.359	8.318	8.587	8.666	8.578	8.790	8.728	8.643	8.562	8.577	8.144	7.630	7.537	7.507	7.324	7.055
Administradores de empresas	7.571	7.619	7.676	8.010	8.161	8.148	8.471	8.522	8.619	8.439	8.271	8.201	7.958	7.711	7.454	7.199	6.823
Contadores e auditores	7.340	7.234	7.438	7.934	7.771	7.480	7.682	7.842	7.682	7.583	7.577	7.513	7.303	7.234	7.309	7.142	7.073
Engenheiros	9.902	10.182	10.354	10.807	11.281	11.502	11.978	12.244	12.502	13.089	13.434	13.473	13.030	13.113	13.343	13.087	12.735
Médicos	5.487	5.624	5.854	6.335	6.814	7.122	7.724	8.620	9.293	9.636	10.080	10.846	10.549	10.537	10.707	10.213	10.101
Advogados	9.053	8.896	8.630	9.053	9.126	9.025	8.907	8.469	8.518	8.754	8.638	8.715	8.451	8.532	8.468	8.370	8.306
Dentistas	3.931	4.037	4.148	4.415	4.583	4.651	4.916	5.029	5.169	5.500	5.689	5.789	5.659	5.787	5.822	5.746	5.730
RENDIMENTO REAL ÍNDICE (2003 = 100)																	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	100	109	117	127	138	148	160	174	190	208	227	247	269	289	305	313	326
Nível superior	100	109	117	128	137	148	162	176	186	205	216	235	257	275	290	294	304
Economistas	100	108	114	121	127	134	143	150	158	166	176	178	185	194	199	201	202
Administradores de empresas	100	108	115	124	132	140	151	161	174	180	187	197	212	218	217	218	215
Contadores e auditores	100	106	116	127	130	132	142	153	160	167	177	186	201	211	220	223	230
Engenheiros	100	111	119	128	139	151	164	177	193	214	232	248	265	284	297	303	307
Médicos	100	110	121	136	152	169	190	225	239	284	314	360	388	412	430	426	439
Advogados	100	106	109	117	123	129	133	134	144	156	164	175	188	202	206	212	219
Dentistas	100	111	120	132	143	154	169	183	201	226	248	268	290	316	327	335	348
ÍPCA (2019=100)	41,9	45,1	47,7	49,2	51,3	54,4	56,7	60,1	64	67,7	71,7	76,3	84,3	89,8	92,4	95,9	100

Fonte: MTE, Anuário RAIS.

TABELA A5 Emprego formal de economistas e outras ocupações selecionadas de nível superior: 2003-19

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Total	29.544.927	31.407.576	33.238.617	35.155.249	37.607.430	39.441.566	41.207.546	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	
Nível superior	2.972.730	3.103.957	3.370.090	3.627.843	3.815.892	4.061.742	4.283.458	4.572.778	4.867.188	5.063.308	5.123.420	5.270.361	5.229.131	5.152.209	5.308.208	5.404.770	5.621.744	
Economistas	18.702	20.042	21.750	23.873	25.983	27.323	27.996	30.394	33.578	36.748	40.951	42.233	43.792	42.498	41.809	41.350	43.469	
Administradores	61.836	66.206	72.750	84.617	98.134	109.612	119.705	136.282	151.936	165.240	190.395	204.871	212.361	213.238	229.335	224.683	257.137	
Contadores	60.562	67.968	73.965	84.220	89.221	98.787	106.142	120.540	130.382	140.469	149.712	156.850	160.115	158.439	161.232	165.254	170.789	
Engenheiros	113.967	120.404	128.825	138.472	147.881	163.945	170.167	185.198	199.759	209.437	214.089	214.805	202.308	185.489	175.248	173.284	183.485	
ÍNDICE (2003 = 100)																		
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Total	100	106	113	119	127	133	139	149	157	161	166	168	163	156	157	158	161	
Nível superior	100	104	113	122	128	137	144	154	164	170	172	177	176	173	179	182	189	
Economistas	100	107	116	128	139	146	150	163	180	196	219	226	234	227	224	221	232	
Administradores	100	107	118	137	159	177	194	220	246	267	308	331	343	345	371	363	416	
Contadores	100	112	122	139	147	163	175	199	215	232	247	259	264	262	266	273	282	
Engenheiros	100	106	113	122	130	144	149	163	175	184	188	188	178	163	154	152	161	

Fonte: MTE, Anuário RAIS.